

RESUMO¹

A questão da mulher e o trabalho tem sido analisada sob diferentes perspectivas, que, por sua vez, têm sido bastante criticadas por simplificarem a questão.

Este trabalho propõe que a questão da mulher e sua situação no trabalho, em particular no trabalho considerado precário, seja examinada sob a perspectiva de gênero. Esta oferece uma possibilidade analítica que permite um exame mais profundo das condições e diferenças entre mulheres e homens na esfera do trabalho.

PALAVRAS-CHAVES

Mulher; Trabalho; Emprego; Setor informal; Gênero; Políticas de emprego; Discriminação e subordinação.

ABSTRACT

The question of women and work has been analysed from different theoretical approaches, which on their turn have been criticised for simplifying this complex issue.

This work proposes to analyse the question of women and work in particular the women's role in precarious work from a perspective which incorporates gender. It is argued that it offers an analytical possibility which allows a deeper examination of the conditions and differences between women and men in the work sphere.

KEY WORDS

Women; Work; Employment; Informal sector; Gender; Employment policies; Discrimination and subordination.

¹ Este relatório é o resultado da primeira fase da pesquisa "Economia Informal, Condição de Trabalho e Gênero: Análise, Conceituação e Estratégias. Um Estudo Comparativo entre Brasil e Espanha". A segunda é o trabalho de campo relativo à coleta de dados primários e a terceira é a comparação com a Espanha.

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
I. Introdução	4
II. Síntese do projeto	5
III. Trajetória seguida	6
IV. A pesquisa	7
1. Parte conceitual	8
1.1. Setor informal.....	8
1.2. Gênero e trabalho	11
2. Dados estatísticos acerca da inserção da mulher no mundo do trabalho	16
V. Conclusão.....	26
VI. Bibliografia	27

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não poderia ter sido realizada sem o apoio financeiro e acadêmico do Núcleo de Pesquisas e Publicações da Fundação Getulio Vargas (NPP).

Agradeço também a todas as pessoas que me ajudaram neste trabalho, em particular a Maria Luisa Siqueira Campos (auxiliar de pesquisa) pelo interesse e apoio e ao Dr. Esteban Agulló Tomás, que propôs o trabalho conjunto e compartilhou comigo as dúvidas intelectuais que o trabalho gerou.

Não posso deixar de mencionar o carinho e apoio da Bia, da Isolete e da Daniela do NPP.

SETOR INFORMAL E GÊNERO: UMA DISCUSSÃO CONCEITUAL E O CASO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO

Leda Maria Vieira Machado *

I. INTRODUÇÃO²

O debate sobre a questão do setor informal não é novo. De fato, ele data da década de 70. O que se apresenta como novidade é a proposta de incorporação da perspectiva de gênero, como fator para um melhor entendimento da inserção da mulher nesta esfera da economia.

Para tanto, o argumento é que a incorporação de gênero possibilita a compreensão da organização social das relações entre mulheres e homens, a partir do enfoque que questiona a “lógica da divisão sexual do trabalho”³, que analisa as dimensões e características próprias das relações econômicas entre ambos e que examina como o desenvolvimento da sociedade radicaliza, segmenta, polariza, separa e os discrimina de forma diferente.

* Agradecimentos à aluna que participou da pesquisa que originou o presente relatório como auxiliar de pesquisas, Maria Luisa Siqueira Campos.

² Os autores que não são de língua portuguesa foram traduzidos pela autora.

³ A terminologia divisão sexual do trabalho ainda é amplamente usada; contudo, conceitualmente, seria mais preciso divisão do trabalho por gênero, para deixar clara a construção social, e não a biológica, da divisão do trabalho.

Quanto à apresentação, este relatório está organizado em cinco partes:

- I. Introdução
- II. Síntese do projeto
- III. Trajetória seguida
- IV. A pesquisa
- V. Conclusão

II. SÍNTESE DO PROJETO

Desde a década de 70, o setor informal tem recebido atenção e provocado debates relacionados à questão de sua própria definição, seu papel na economia e as diferentes políticas públicas que merecem ser propostas para o setor.

Mais recente é a questão da necessidade de incorporação do conceito de gênero para o melhor entendimento da inserção da mulher no setor informal.

O argumento para a incorporação deste conceito é que ele proporciona uma possibilidade analítica que permite contemplar as diferenças das experiências das mulheres e homens, superar o conceito de segregação do trabalho da mulher (por ser uma categoria explicativa, descritiva) e ver que a diferenciação de papéis de gênero no mercado de trabalho se constrói em função de uma divisão social de papéis, anterior à de trabalho (Prieto et al., 1994).

Assim, esta pesquisa tem como objetivo (específico desta fase do trabalho) contribuir para a construção conceitual da perspectiva que incorpora gênero na análise da situação da mulher no mundo do trabalho.

A hipótese (específica desta fase do trabalho) é que a incorporação de gênero na análise da problemática da mulher no mundo do trabalho fornece um entendimento mais abrangente das causas da inserção da mulher no setor informal da economia.

A metodologia adotada (nesta fase do trabalho) engloba o que Scott e Shore (1979) definiram como Pesquisa Teórica (Theoretical Research) - conhecimento para o entendimento.

A pesquisa se propôs a examinar os conceitos relacionados à questão do setor informal e a incorporação de gênero na análise da mulher no mundo do trabalho.

O cronograma adotado foi o seguinte: maio e junho de 1996 coleta de material teórico e estatístico secundário; julho e agosto de 1996 análise do material coletado e setembro de 1996 elaboração do relatório final e desenho da pesquisa de campo da próxima fase do trabalho.

III. TRAJETÓRIA SEGUIDA

O trabalho teve início com a pesquisa bibliográfica para a coleta tanto de material teórico a respeito do setor informal e da incorporação da perspectiva de gênero na análise do papel da mulher no mundo do trabalho, como, também, de dados estatísticos secundários para o entendimento da inserção da mulher nas atividades econômicas, em particular no setor informal.

A pesquisa foi realizada nas seguintes bibliotecas: da Fundação Getúlio Vargas; da Fundação Carlos Chagas; da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

(SEADE); das Faculdades de Filosofia e Ciências Sociais e de Economia e Administração da Universidade de São Paulo; do Instituto de Pesquisa em Economia e Administração (IPEA); do Instituto Latino-americano de Desenvolvimento Econômico e Social da Fundação Fridrich Ebert no Brasil (ILDES); do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero da Universidade de São Paulo e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

O material coletado foi enviado à Espanha para ser analisado, principalmente aquele de conteúdo relacionado às questões teóricas.

Uma das dificuldades do trabalho foi a pesquisa de dados estatísticos relativos à inserção, tanto da mulher como do homem, no setor informal. Contudo, esta dificuldade já era antecipada devido à própria natureza do setor e à não-concordância de definição e conceituação em relação a ele.

Depois da pesquisa bibliográfica, foi feita a análise do material coletado, tendo-se elaborado o relatório final. Também foi discutido o desenho da pesquisa de campo (próxima etapa do trabalho).

IV. A PESQUISA

Esta parte está dividida em duas. A primeira discutirá a questão conceitual que embasará a pesquisa e a segunda apresentará dados estatísticos relativos à inserção da mulher no mercado de trabalho.

1. PARTE CONCEITUAL

1.1. Setor informal

O debate a respeito do setor informal não é novo. Pode-se dizer que ele iniciou quando o termo foi empregado pela primeira vez, o que aconteceu em 1973.

Desde que o termo começou a ser utilizado, não se tem claro a que ele se refere, pois seu uso tem sido bastante amplo e diversificado, abrangendo uma série de diferentes atividades e situações. Por exemplo, no passado, ele foi quase considerado como sinônimo das camadas urbanas de baixa renda e da população que habita as favelas (Moser, 1978).

O conceito de setor informal foi uma tentativa de se trabalhar, conceitualmente, com a questão do subemprego e do desemprego que cresciam nos países do Terceiro Mundo. O termo setor informal foi empregado pela primeira vez em 1973, por Hart. Sua definição foi baseada em dados empíricos de Gana. O trabalho pesquisou os trabalhadores urbanos que estavam fora da esfera do trabalho regular e assalariado.

O modelo dualista de Hart estava baseado nas diferenças de geração de renda, ou seja, nos trabalhadores que tinham uma condição de trabalho regular e segura e que recebiam um salário (emprego, trabalhadores organizados - setor formal) e naqueles que enfrentavam uma situação oposta, isto é, que não tinham condição de trabalho segura, não recebiam um salário fixo nem regular (trabalho, trabalhadores desorganizados - setor informal). O setor informal era o setor que propiciava condições de trabalho para os imigrantes (Hart, 1973).

Desde então, o termo setor informal tem sido amplamente utilizado, não só por acadêmicos, como também por elaboradores de políticas públicas, através das

agências internacionais como o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Mazundar (1975) e outros técnicos do Banco Mundial definiram os setores da economia baseando-se em uma dicotomia no mercado de trabalho urbano, sendo o informal aquele desprotegido legalmente e, por contraposição, o formal aquele protegido.

“A distinção básica entre os dois setores advém da idéia que o emprego no setor formal é de alguma maneira protegido para que o nível de salário e as condições de trabalho no setor não estejam disponíveis para aqueles que estão procurando emprego no mercado de trabalho, a não ser que eles consigam de alguma maneira cruzar a barreira de entrada. Esta proteção pode surgir da ação dos sindicatos, dos governos ou de ambos atuando conjuntamente.” (Mazundar, 1975:1).

Fomentando o debate, Weeks propõe uma outra definição, que enfatizava o papel do Estado na conceituação dos dois setores.

“(...) as características organizacionais das relações de troca e a posição da atividade econômica em relação ao estado.” (1975:2)

O argumento de Weeks era que o setor formal contava com vários recursos, inclusive o apoio e reconhecimento do Estado. Diferentes medidas o beneficiam: proteção tarifária e de cotas, baixas taxas de juros, controle monetário etc. As atividades do setor informal não contavam com essas medidas.

O debate a respeito do setor informal trouxe à tona uma outra questão: a validade deste conceito. O ponto principal se refere ao fato de as definições anteriores serem baseadas em modelos dualistas, que não reconheciam a relação de dependência e de continuidade que esses setores têm (Bromley e Gerry, 1979; Scott, 1976). Esta percepção mostrou a necessidade de um refinamento do conceito.

Uma outra definição é proposta, “petty commodity production”- produção em pequena escala - não considerada como produção nos moldes capitalistas (Moser, 1978).

Contudo, o debate continuou e, nas décadas de 80 e 90, ele adquiriu outras perspectivas. Atualmente, não está mais restrito às questões de pobreza urbana e marginalização de uma camada da população, mas, sim ao seu papel na economia, na cadeia produtiva. Isto significa que ele está relacionado com questões estruturais da economia.

De fato, hoje em dia, o setor informal não abriga somente os migrantes recém-chegados às cidades, mas também os que perdem seus empregos nos demais setores da economia.

Contudo, ainda não existe concordância quanto à sua definição. Em uma tentativa de delimitar o seu significado, outros termos são usados, como economia oculta, irregular, ilegal, subterrânea e negra. Isto demonstra que o debate ainda está longe de ser concluído.

Segundo Aguiar (1983), o termo setor informal tem sido aplicado pela sua conotação negativa, indicando uma situação em que o trabalho não possui forma definida. A categoria de subemprego ou trabalho precário é caracterizada em oposição a um ótimo de emprego, originário do setor industrial metropolitano indicado pelo número de horas trabalhadas e remuneradas em dinheiro. Tudo que não se enquadra nesta perspectiva é passível de ser rotulado de subemprego.

Assim, como o conceito de setor informal é muito amplo, ele não logra compreender todo o fenômeno que pretende definir. Uma sugestão para evitar o problema do dualismo encontrado em algumas definições é falar de trabalho precário, e não mais em setor informal. O uso de setor já pressupõe separação, algo parcial. De qualquer

maneira, neste trabalho, o termo “setor informal” continuará sendo empregado, pois ele é o mais usual.

1.2. Gênero e trabalho

A literatura sobre o trabalho da mulher é bastante rica. A partir da década de 60, e principalmente na de 70, a contribuição econômica da mulher passou a ser reconhecida e pesquisada. Fundamentais neste processo foram tanto o trabalho da OIT, no que concernia a emprego e setor informal, como o de Boserup (1970), que mostrou o importante papel econômico das mulheres. Não obstante os paradigmas, os enfoques teóricos, os conceitos e também os instrumentos metodológicos que vêm sendo utilizados têm sido criticados.

Com o crescente interesse dos pesquisadores, diferentes perspectivas têm sido empregadas para abordar a questão do trabalho da mulher. Estas abrangem um espectro teórico muito amplo, indo de perspectivas feministas até marxistas. Por exemplo, Grint (1991) argumenta que as principais perspectivas teóricas que tentam examinar a questão da mulher e o trabalho são: a clássica; a que entende que gênero é irrelevante; a que entende gênero como secundário ou derivado da subordinação de classe; a que considera o patriarcado como derivado da subordinação na qual a desigualdade de gênero está relacionada, principalmente, a relações de gênero; a subordinação simbiótica, na qual a desigualdade de gênero está relacionada com o capitalismo e o patriarcado; a subordinação dual, em que desigualdade de gênero está relacionada às interações entre as duas esferas autônomas do capitalismo e patriarcado; a subordinação composta condicionalmente em que desigualdade de gênero é derivada da heterogênea relação entre gênero, etnia e classe e na qual essas relações e suas particulares influências são interpretadas e construídas condicionalmente e carregadas de tensão.

Uma outra teorização, bastante defendida, é a que define a perspectiva denominada comparativa, a pluralista e a crítica (na qual gênero é um elemento analítico fundamental). A perspectiva comparativa é aquela que enfoca a mulher em relação à situação de trabalho dos homens. A situação de trabalho do homem é tomada como modelo de comparação para a situação da mulher. As conclusões dessa perspectiva são que a incorporação da mulher no mercado de trabalho ainda é insuficiente e acontece de maneira discriminatória.

Por outro lado, a perspectiva pluralista tenta aprofundar a perspectiva comparativa, a qual considera simplista e enviesada. A perspectiva pluralista não considera que a mulher tenha de imitar o homem em seu comportamento. Admite, sim, que a mulher é incorporada ao mercado de trabalho de uma forma diferenciada, com expectativas e hierarquia de valores distintas dos valores dos homens. Esta mudança de paradigma é paralela à mudança de “reivindicação da igualdade” para a “reivindicação da diferença”. Contudo, esta perspectiva contém enfoques teóricos diferentes. Um exemplo é o enfoque na segmentação do mercado de trabalho (Doeringer e Piore, 1987); outro enfoque é o da segregação sexual do trabalho (Dex, 1991).

Atualmente, uma nova perspectiva denominada crítica está sendo elaborada. O objetivo desta perspectiva é superar a visão economicista e acrítica das anteriores.

É importante notar que, a partir da década de 80, os estudiosos da área do trabalho feminino começaram a incorporar, em suas análises, a produção teórica feminista relativa ao diagnóstico e explicação histórica e social da situação das mulheres. Este trabalho adota a proposição que considera necessária para poder interpretar com rigor a posição das mulheres no mercado de trabalho, uma reconstrução da conexão entre história e práticas históricas que possa contribuir para a explicação das desigualdades entre homens e mulheres, assim como a relação entre as experiências sociais femininas e masculinas de dimensões radicalmente diferentes (Prieto et al., 1994).

Uma das propostas que têm o feminismo como ponto de partida, apesar de se referir à questão da mulher e trabalho especificamente nas organizações, é a de Calás e Smircich (1996). Estas autoras entendem que as perspectivas são: a teoria liberal feminista; a radical; a psicanalítica; a marxista; a socialista; a pós-estruturalista/moderna; e a do Terceiro Mundo/pós-colonial.

Como nas perspectivas de Grint, na perspectiva de Calás e Smircich, cada uma das teorias surgiu para tentar suprir ou corrigir as deficiências de uma teoria anterior. No caso específico da segunda perspectiva, as autoras vão mais longe e argumentam que a questão já não se restringe apenas a gênero.

“Como este trabalho mostra, a questão não se restringe mais apenas a gênero, quando mulheres e homens tanto do Primeiro como do Terceiro Mundo estão empregados e desempregados, com ou sem famílias, lutam contra a desigualdade, a injustiça, a inequidade e intolerância.” (Calás e Smircich, 1996:242)

Dentro desta linha de trabalho, surgiram novos modelos teóricos de reflexão, fundamentalmente, a partir da teoria de gênero desenvolvida desde a década de 80, e que será adotada neste trabalho, por permitir contemplar a realidade socioeconômica de uma óptica mais compreensiva e esclarecedora acerca do que ocorre com a mulher no mundo do trabalho.

Ou seja, este novo enfoque entende a questão de gênero como uma construção discursiva e cultural dos sexos biológicos. Neste sentido, o conceito de gênero como uma nova categoria analítica possibilita o entendimento da organização social das relações entre mulheres e homens a partir do enfoque que questiona “a lógica da divisão sexual do trabalho”, que analisa as dimensões e características próprias das relações econômicas entre mulheres e homens e que examina como o desenvolvimento da sociedade radicaliza, segmenta, polariza, separa e discrimina, de formas diferentes, homens e mulheres. Uma proposta que fornece explicações às conseqüências das transformações da sociedade.

O argumento para a incorporação de gênero é que ele proporciona uma possibilidade analítica que permite contemplar as diferenças das experiências das mulheres e homens, superar o conceito de segregação do trabalho da mulher (por ser uma categoria explicativa, descritiva) e ver que a diferenciação de papéis de gênero no mercado de trabalho se constrói em função de uma divisão social de papéis, anterior à de trabalho (Prieto et al., 1994).

As mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho exigem um exame cuidadoso dos fenômenos que estão ocorrendo ou corremos o risco, muito bem enfatizado por McDowell (1994), de assumir que a organização flexível do trabalho tem um potencial emancipatório para o trabalhador (tese defendida por Piore e Sabel, 1984).

A realidade, para a maioria dos trabalhadores, em particular as mulheres, não é bem essa. Como demonstrado por Castillo (1989), em seu estudo do setor informal em Madri, o setor informal faz parte da cadeia produtiva. Este é parte integrante da economia, e, sem ele, esta não funcionaria, ou seja, o setor formal tem necessidade do setor informal como o informal do formal. Em relação às mulheres, elas se encontram em maior número no último nível da cadeia produtiva, na qual desempenham tarefas que não precisam de qualificação, com condições de trabalho inseguras, precárias e salários mais baixos. Já os homens estão concentrados no primeiro nível da cadeia produtiva, executando funções especializadas, com segurança de trabalho e melhores condições tanto de salário como de trabalho.

Outros estudos que examinaram o papel da mulher em relação às mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho argumentam que, a partir da Revolução Industrial, a mulher perde força na cadeia produtiva, de modo geral, sua atuação fica mais restrita a esfera doméstica. Contudo, o significado disto não é que a mulher deixou de trabalhar, mas sim teve seu acesso ao emprego dificultado. A crise atual sinaliza o fim do trabalho assalariado, ou seja, do emprego, mas não do trabalho. Em relação à mulher, a tendência é o crescimento de atividades, “tradicionalmente

femininas”, do setor terciário, cabeleireiras, esteticistas, costureiras etc. (Carrasco, 1996).⁴

Reforçando este argumento, Prieto (1994) afirma que os trabalhadores “ocultos” são, geralmente, jovens e mulheres (donas de casa), que estão ingressando no mercado de trabalho ou que realizam trabalho domiciliar por tarefa, em dupla jornada, reiterando um dos papéis sociais da mulher, através das atividades mencionadas antes.

Abramo (1997), por sua vez, defende a idéia de que a introdução de novos paradigmas organizacionais e produtivos, a exemplo do que está ocorrendo nos dias de hoje, não melhora as relações de trabalho e acesso ao mercado de trabalho para a mulher na América Latina. Os próprios modelos de gestão, como o japonês⁵ e os *clusters* italianos⁶, pressupõem impedimentos à participação da trabalhadora feminina. A adoção de novas tecnologias e formas de gestão nas empresas-mãe pressupõe a existência de braços onde ainda imperam tecnologias antigas e sistema de gestão taylorista. Nestes últimos é que se concentram as ocupações femininas.

As características dessas ocupações são as seguintes: formas de trabalho precário, como contratos de curta duração, empregos em tempo parcial e trabalho a domicílio (ibid.).

Apesar de o debate acerca da incorporação de gênero nas análises da mulher no mundo do trabalho ainda não ser conclusivo, esta perspectiva é a que parece ser a mais adequada para examinar e compreender todas as nuances que caracterizam o tema.

⁴ Este argumento não é novo, ver Moser e Young, 1981; Scott e Tilly, 1982.

⁵ Ver Leite, 1996.

⁶ Ver Leite, 1996.

Finalizando, faz-se importante ressaltar que, apesar de todas as discussões realizadas, o termo mulher tem sido erroneamente usado como sinônimo de gênero. O emprego deste último implica referência aos papéis socialmente construídos (feminino e masculino), enquanto o termo mulher não.

2. DADOS ESTATÍSTICOS ACERCA DA INSERÇÃO DA MULHER NO MUNDO DO TRABALHO

Esta parte do relatório apresentará os dados estatísticos relativos à inserção das mulheres no mercado de trabalho, enfocando os aspectos do trabalho e desemprego de forma abrangente, incluindo dados referentes ao trabalho de mulheres e homens tanto no setor formal como informal.

Analisando-se as tabelas a seguir (Posição na ocupação nas principais regiões metropolitanas do País, 1991/1997), o ponto mais importante é, sem dúvida, a ocorrência de uma redução brutal do percentual de trabalhadores em situação regulamentada em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, enquanto os sem carteira assinada e autônomos sofriam significativo incremento. Apesar da comparação ter caráter bastante restrito, este fato pode ser considerado mais um sinalizador da crescente informalização do mercado de trabalho.

Assim, entre todas as regiões abrangidas, sem dúvida, a que sofreu alterações mais intensas foi a de São Paulo, onde o percentual de empregados com carteira assinada passou de cerca de 59% em janeiro de 1991 para cerca de 48% em junho de 1997, revelando que quase 11% do total de trabalhadores deixou o mercado de trabalho formal (se considerarmos o registro em carteira de trabalho), provavelmente, tendo migrado para ocupações desprovidas de amparo legal ou autônomas.

Considerando-se, também, que a Grande São Paulo, historicamente, tem se mostrado o mais importante pólo de desenvolvimento e, portanto, de geração de

novos negócios e empregos, tal constatação passa a ser digna de uma investigação mais profunda quando o que se busca é o entendimento das recentes alterações no perfil do mercado de trabalho no Brasil como um todo e nas novas formas de organização do trabalho.

Por esta razão, a pesquisa proposta neste trabalho encontra-se baseada na análise da evolução da inserção da mulher, tendo em vista o setor informal (entendido, como já argumentado anteriormente, como trabalho precário), dentro da região metropolitana de São Paulo. Vale a pena observar que São Paulo é a cidade mais importante em termos de geração de renda e de empregos no setor terciário.

Tabela 1 - Posição na ocupação nas principais regiões metropolitanas de País, 1991

Posição na ocupação - população de 15 anos e mais (%) nas Regiões Metropolitanas - PMEs						
jan./1991						
	Belo Horizonte	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Empregados com carteira assinada	52,204	55,589	48,525	51,534	52,517	59,014
Empregados sem carteira assinada	20,197	16,879	21,711	22,618	20,279	18,317
Conta própria	21,277	20,852	25,151	21,345	23,335	16,786
Empregador	5,645	5,217	2,970	3,975	3,187	4,881

Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Tabela 2 - Posição na ocupação nas principais regiões metropolitanas de País, 1997

Posição na ocupação - população de 15 anos e mais (%) nas Regiões Metropolitanas - PMEs						
jun./1997						
	Belo Horizonte	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Empregados com carteira assinada	45,162	50,361	42,247	44,420	44,663	48,649
Empregados sem carteira assinada	25,399	20,658	27,612	26,014	23,747	24,739
Conta própria	22,485	23,104	25,696	24,437	27,478	20,550
Empregador	5,921	4,595	3,007	4,244	3,131	4,916

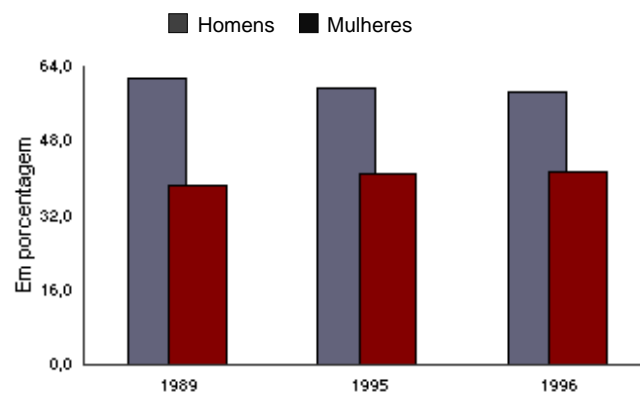
Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego.

Segundo dados e análises da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) realizada mensalmente pelo convênio Seade-Dieese, é possível o delineamento de um quadro geral a respeito da evolução do modo de inserção das mulheres, nos últimos dez anos, dentro do mercado de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

Num contexto mais amplo, quando se compara o perfil da população ocupada utilizando-se um recorte por sexo, pode-se notar que a proporção de mulheres, embora inferior, sofreu algumas alterações com relação ao total de ocupados.

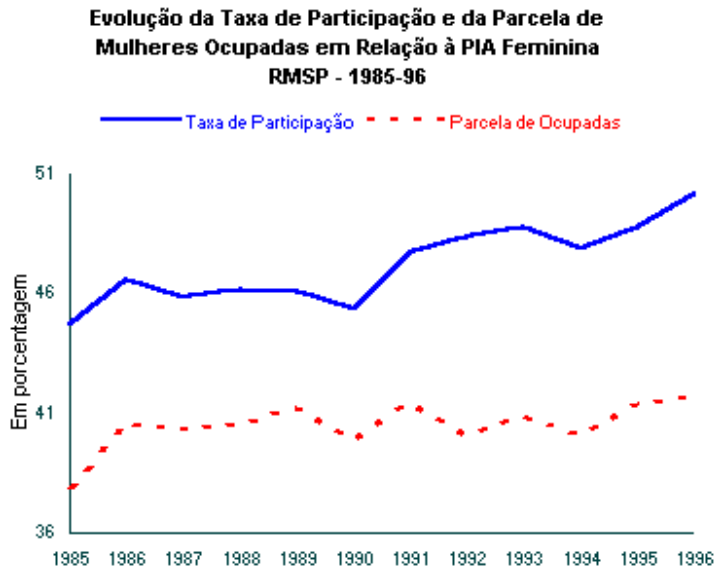
Gráfico 1

Distribuição de Ocupados por Sexo RMSP - 1989-96



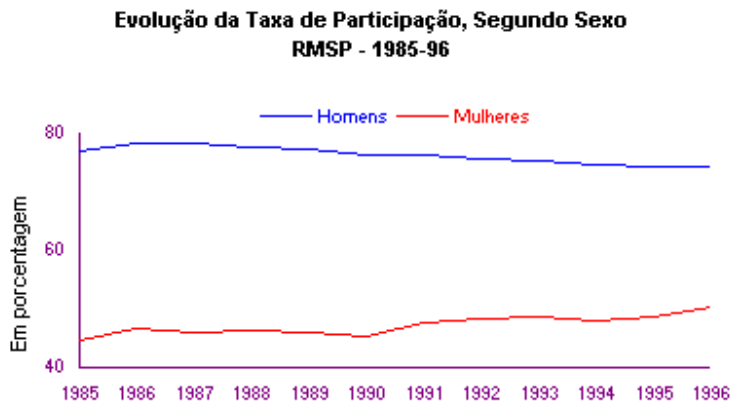
Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese.

Gráfico 2



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese.

Gráfico 3



Fonte: SEP. Convênio Seade - Dieese.

Por outro lado, durante o mesmo período, tanto a taxa de participação como a taxa de ocupação da população feminina mantiveram um caráter evolutivo. Em 1996, 41,5% dos ocupados na Região eram mulheres, percentual substancialmente mais

elevado que os registrados em 1995 (40,8%) e mesmo em 1989 (38,4%), ano em que as oportunidades ocupacionais cresceram em ritmo bastante expressivo.

Esta maior participação das mulheres no mercado de trabalho metropolitano não alterou, ao longo da década de 90, as características estruturais da inserção feminina. Por setor de atividade, por exemplo, ampliou-se o peso do setor terciário na geração de postos de trabalho para as mulheres, pois, entre 1989 e 1996, cresceu de 56,8% para 63,3% a parcela de ocupadas no Comércio e nos Serviços (setor “historicamente feminino” e com tendências à informalização).

O desempenho da taxa de ocupação feminina em 1996 indica que a ampliação da oferta de postos de trabalho ocorreu com menor intensidade que o crescimento da mão-de-obra feminina disponível no mercado de trabalho, o que explica a elevação do desemprego das mulheres nesse ano. Esta desproporção entre aumento da força de trabalho feminina e disponibilidade de vagas tem sido uma tendência nos últimos anos.

**Tabela 3 - Distribuição das Mulheres Ocupadas, segundo Setor de Atividade
Região Metropolitana de São Paulo 1989-96**

Em porcentagem

Setor de Atividade	Ano		
	1989	1992	1996
Total de Ocupadas	100,0	100,0	100,0
Indústria	26,8	20,4	17,4
Comércio	13,7	14,9	15,8
Serviços	43,1	46,2	47,5
Construção Civil	0,6	0,6	0,5
Serviços Domésticos	15,1	17,3	18,3
Demais	0,8	0,6	(1)-

Fonte: SEP. Convênio Seade-Dieese.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Um diferencial importante na forma de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho refere-se à elevada parcela feminina que trabalha nos serviços domésticos. Em 1996, 18,3% das mulheres ocupadas eram empregadas domésticas, percentual superior ao registrado em todos os demais anos da década de 90. Ressalte-se que este movimento tem estado associado, nos três últimos anos, ao crescimento da parcela de mensalistas, forma de contratação de três quartos das mulheres que trabalham nos serviços domésticos.

No período recente, uma tendência comum a homens e mulheres tem sido a diminuição da parcela que possui formas regulamentadas de inserção ocupacional.

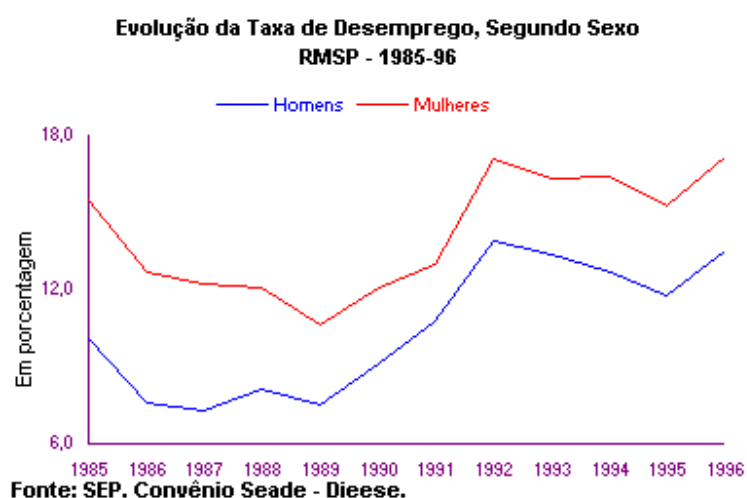
Embora crescente nos últimos anos, a parcela de mulheres que trabalhavam sem carteira de trabalho assinada ainda era, em 1996, relativamente menor que a de homens assim contratados (9,6% e 12,6%, respectivamente). Desde 1993, tem ocorrido, em todos os setores de atividade, ampliação do percentual de mulheres trabalhando como assalariadas sem carteira. Em 1996, as ocupadas com este tipo de inserção correspondiam a 13% na Indústria, 15% no Comércio e 10% nos Serviços.

Em 1996, 16,2% da população feminina ocupada eram trabalhadoras autônomas, das quais dois terços prestavam serviços diretamente para a população e as demais trabalhavam para empresas. Pouco mais da metade das trabalhadoras autônomas da RMSP atuavam no setor de Serviços, concentração que se vem mantendo nos últimos anos.

Durante o período analisado, a taxa de desemprego apresentou curvas de evolução de perfil semelhante tanto para homens quanto para mulheres. No entanto, a manutenção de tal semelhança equivale a afirmar-se que as mulheres continuam, a exemplo do que ocorria em 1989, sujeitas a maiores índices de desemprego que os homens dentro da RMSP.

Além disso, vale a pena ressaltar a recente elevação das taxas de desemprego, que, a partir de 1991, se tornaram superiores ao que se verificara em 1989 e que, após um período de queda, voltaram a se acentuar a partir de 1995, já estando próximas à casa dos 13%.

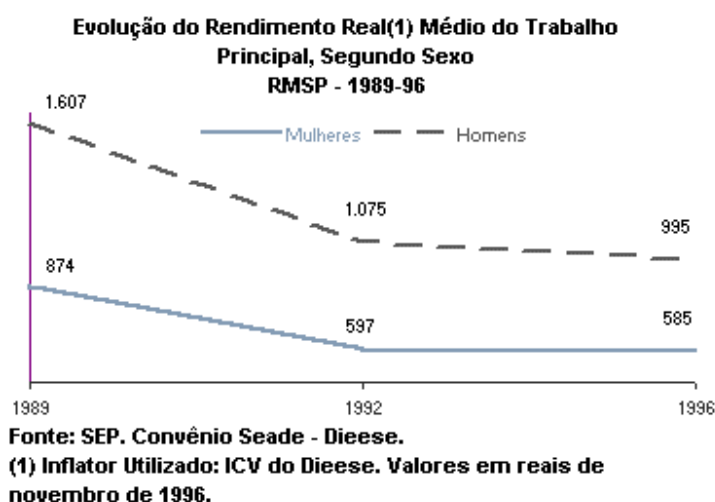
Gráfico 4



Já, quanto aos rendimentos, pode-se verificar que, entre 1989 e 1996, manteve-se a desproporcionalidade entre homens e mulheres no que diz respeito aos rendimentos auferidos do trabalho principal. Isto quer dizer que, em média, as mulheres permaneceram recebendo salários relativamente inferiores aos percebidos pelos homens. Em 1989, estes últimos recebiam, em média, o equivalente a R\$ 1.607,00, contra R\$ 874,00 percebidos pelas primeiras. Em 1996, embora a proporção tenha se mantido quase inalterada, os valores absolutos revelaram-se acentuadamente inferiores a 1989. Os homens passaram a receber, em média, R\$ 995,00 e as mulheres, R\$ 585,00. Tal fato pode vir a ser conseqüência de uma conjunção de diversos fatores. Entre eles, possivelmente, a piora ocorrida na oferta de empregos e no poder de negociação por parte dos trabalhadores e a crescente evolução nas

tendências à subcontratação e ao crescimento das formas não regulamentadas de trabalho (ver Tabela 4).

Gráfico 5



Observando-se os dados expressos na Tabela 4, a seguir, fica evidente a expressiva redução do percentual de mulheres assalariadas, com carteira de trabalho assinada, ocorrida no setor industrial privado (20,1% para 11,3%). Em contrapartida, observa-se um aumento significativo nos setores de Comércio e de Serviços. No Comércio, importante verificar que o incremento se processou, sobremaneira, na categoria de assalariadas sem carteira assinada (1,6% para 2,3%) e autônomas (3,9% para 4,7%), enquanto o percentual de mulheres com carteira assinada caía de 6,4% para 6,0%. Já no setor de Serviços, ocorreu um fenômeno bastante semelhante, tendo havido um aumento significativo sobre as mesmas categorias mais afetadas na área do Comércio. O percentual de assalariadas sem carteira assinada passou de 3,5% para 4,7% e o de autônomas de 7,5% para 8,5%.

Tabela 4 - Distribuição das Mulheres Ocupadas, segundo Posição na Ocupação Região Metropolitana de São Paulo 1989-96

Em porcentagem

Setor de Atividade e Posição na Ocupação	Ano		
	1989	1992	1996
Ocupadas	100,0	100,0	100,0
Indústria	26,8	20,4	17,4
Assalariadas Total (1)	22,6	16,7	13,7
Assalariadas do Setor Privado	22,5	16,6	13,7
Com Carteira Assinada	20,1	14,6	11,3
Sem Carteira Assinada	2,4	2,0	2,3
Autônomas	3,4	2,8	2,7
Autônomas que Trabalham para Empresa	2,7	2,2	2,2
Autônomas que Trabalham para o Público	0,7	0,6	0,6
Empregadoras	0,5	0,6	0,6
Comércio	13,7	14,9	15,8
Assalariadas Total (1)	8,1	7,9	8,4
Assalariadas do Setor Privado	8,0	7,9	8,4
Com Carteira Assinada	6,4	6,3	6,0
Sem Carteira Assinada	1,6	1,6	2,3
Autônomas	3,9	4,8	4,7
Autônomas que Trabalham para Empresa	1,2	1,2	1,4

(cont.)

Setor de Atividade e Posição na Ocupação	Ano		
	1989	1992	1996
Autônomas que Trabalham para o Público	2,7	3,6	3,4
Empregadoras	0,5	0,8	1,2
Demais	1,2	1,4	1,6
Serviços	43,1	46,2	47,5
Assalariadas Total (1)	33,7	35,0	35,2
Assalariadas do Setor Privado	20,8	21,0	22,7
Com Carteira Assinada	17,3	17,3	18,0

Sem Carteira Assinada	3,5	3,6	4,7
Autônomas	7,5	8,6	8,5
Autônomas que Trabalham para Empresa	1,4	1,6	2,1
Autônomas que Trabalham para o Público	6,1	7,0	6,4
Empregadoras	0,8	1,0	1,6
Demais	(2)	0,7	1,1
Construção Civil	0,6	0,6	0,5
Serviços Domésticos	15,1	17,3	18,3
Empregadas Domésticas Mensalistas	10,3	12,1	13,5
Empregadas Domésticas Diaristas	4,8	5,2	4,7
Demais	0,8	0,6	(2)

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE, Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

(1) Inclusive as assalariadas que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Baseando-se nos dados apresentados anteriormente, podemos concluir que a situação de inserção da mulher no mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo caracteriza-se por um aumento nas taxas de participação e ocupação. Quanto a esta última, percebe-se uma tendência a uma maior inserção da mulher no setor terciário nas atividades de Serviço e Comércio (com crescente incremento da informalização). Apesar de ser um setor considerado tipicamente “masculino”, o tradicional emprego regulamentado em indústrias vem sofrendo severas reduções nesta última década, o que, possivelmente, dificulta o acesso da mulher a esse.

V. CONCLUSÃO

Finalmente, como o conceito de setor informal é muito amplo, ele não logra compreender todo o fenômeno que pretende definir. Uma sugestão para evitar o problema do dualismo encontrado em algumas definições é falar de trabalho precário, e não mais em setor informal, ou seja, é falar de trabalho precário e setor informal como sinônimos por uma questão de uso disseminado deste último termo.

Em relação ao debate acerca da incorporação de gênero nas análises da mulher no mundo do trabalho, ele ainda não é conclusivo. Contudo, esta perspectiva é a que parece ser a mais adequada para examinar e compreender todas as nuances que caracterizam o tema.

Faz-se importante ressaltar que, apesar de todas as discussões realizadas, o termo mulher tem sido erroneamente usado como sinônimo de gênero. O emprego deste último implica referência aos papéis socialmente construídos (feminino e masculino), enquanto o termo mulher não.

Quanto à situação de inserção da mulher no mundo do trabalho no Brasil, como já mencionado, representado pela região metropolitana de São Paulo, podemos concluir, de acordo com os dados apresentados anteriormente, que esta caracteriza-se por um aumento nas taxas de participação e ocupação. Quanto a esta última, percebe-se uma tendência a uma maior inserção da mulher no setor terciário nas atividades de Serviço e Comércio (com crescente incremento da informalização). Apesar de ser um setor considerado tipicamente “masculino”, o tradicional emprego regulamentado em indústrias vem sofrendo severas reduções nesta última década, o que, possivelmente, dificulta o acesso da mulher a esse.

O que se faz necessário agora é um exame das condições de trabalho específicas da mulher em situação de trabalho precário, o que se pretende realizar na segunda fase deste trabalho.

VI. BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, L. (1997). “A situação da mulher no mercado de trabalho latino-americano no contexto da reestruturação”, trabalho apresentado no Segundo Seminario Mujer y Mercosur, UNIFEM, São Paulo, 29-30 de abril.

- AGUIAR, N. (1983). “Mulheres na força de trabalho na América Latina: um ensaio bibliográfico”, *BIB*, 16.
- BOSERUP, E. (1970). “Woman’s role in economic development”, St. Martins Press, New York.
- BROMLEY, R. e GERRY, C. (1979). “Who are the casual poor?”, in BROMLEY, C. e Gerry, C. (Orgs.), *Casual work and poverty in third world cities*, Wiley, Old Woking.
- CALÁS, M. e SMIRCICH, L. (1996). “From the woman’s point of view: feminist approaches to organization studies”, in CLEGG, R. et al. (Orgs.). *Handbook of Organization Studies*, Sage, London.
- CARRASCO, C. (1994). “Presente y futuro del trabajo. Apuntes para una discusión na androcéntrica”, in RODRÍGEZ, A. et al. (Orgs.), *El futuro del trabajo*, Bakeaz, Bilbao.
- CASTILLO, J. (1989). “La división del trabajo entre empresas. Las condiciones de trabajo en los sectores de la eléctrica y del mueble de madrea en la Comunidad de Madrid”, Ministerio de trabajo y S.S., Madrid.
- DEX, S. (1991). “La división del trabajo. Revoluciones conceptuales en las ciencias sociales”, Ministerio de trabajo y S.S., Madrid.
- DOERINGER, P. e PIORE, M. (1987). “El paro y el mercado dual de trabajo”, THORAEA, L. (Org.) *El mercado de trabajo: teorías y aplicaciones*, Aliança, Madrid.
- GRINT, K. (1991). “The sociology of work”, Polity, Cambridge.

- HART, K. (1973). “Informal income opportunities and urban employment in Ghana”, in *The Journal of Modern African Studies*, II, I.
- IBGE. “Pesquisa Mensal de Emprego”, IBGE, site Internet.
- LEITE, M. (1996). “A qualificação reestruturada e os desafios da formação profissional”, *Novos Estudos CEBRAP*, n. 45.
- MAZUNDAR, D. (1973). “The urban informal sector”, *World Bank Staff Working Paper*, n. 211.
- McDOWELL, L. (1994). “Gender divisions in a post-fordist era: new contradictions or the same old story”, in MCDOWELL, L. e PRINGLE, R. (Orgs.). *Defining Women*, Polity/Open University Press, Milton Keynes.
- MOSER, C. (1978). “Informal sector or petty commodity production: dualism or dependence in urban development?”, *World Development*, 6.
- MOSER, C. e YOUNG (1981). “Women of the working poor”, *IDS Bulletin*, v. 12, n. 3.
- PIORE, M. e SABEL (1984). “The second industrial divide”, Basic Books, New York.
- PRIETO, C. (1994). “El trabajo oculto en la economía subterránea”, in PRIETO, C. (Org.). *Trabajadores y condiciones de trabajo*, HOAC, Madrid.
- PRIETO, C. et al. (1994). “Los trabajadores y sus condiciones de trabajo”, Hoac, Madrid.
- SEADE. “Pesquisa de Emprego e Desemprego”, SEADE, site SEADE Internet.

SCOTT, A. (1976). "Who are the self-employed? *BSA Development Group Working Paper*, não publicado.

SCOTT, A. e SHORE, R. (1979). "Why sociology does not apply: a study of the use of sociology in public policy", Elsevire, New York.

SCOTT, A. e TILLY, S. (1982). "Women's work and the family in nineteenth century Europe", WHITELEGG, E. et al. (Org.). *The changing experience of women*, Marion Robertson/Open University, London.

WEEK, J. (1975). "Policies for expanding employment in the informal urban sector of developing countries", in *International Labour Review*, Vol. III, n.1, January.